

Nota Técnica



DE CONJUNTURA ECONÔMICA Nº 19/2005 – 04 OUTUBRO 2005

Descasamento entre Arrecadação e Investimento: a Situação do Rio de Janeiro

Em um quadro de restrição fiscal, freqüentemente vem à tona o debate em torno da participação dos estados no bolo tributário, como ocorreu por ocasião das discussões em torno da proposta de unificação da legislação do ICMS. Na verdade, com a finalidade de descentralizar a atuação do setor público federal, a Constituição de 1988 implicou em uma série de mudanças, nas quais houve aumento da participação dos estados no total arrecadado¹. Como resposta, nos anos posteriores, a União passou a aumentar as contribuições não compartilhadas com os estados, ao mesmo tempo em que elevou sistematicamente a carga tributária. Ressalta-se, porém, que parte desses recursos tem sido repassado para os estados e municípios, em especial para o financiamento de programas sociais.

Em paralelo, o aumento da participação das despesas rígidas (previdência, assistência social, saúde e pessoal) no total das despesas não financeiras do governo federal tem levado o investimento público a valores mínimos em termos históricos, enquanto que a demanda pelos mesmos prossegue crescente. De fato, enquanto que em 1997 os investimentos representavam 0,9% do PIB e atingiram 0,4% do PIB em 2004, as projeções para este ano apontam para algo em torno de 0,2% do PIB. A diminuição dos investimentos é certamente um dos principais motivos para o baixo desempenho econômico brasileiro nos últimos anos.

Neste quadro, o objetivo deste artigo é, à luz dos dados disponíveis, analisar a distribuição de recursos do governo federal com investimentos entre os entes da federação, com foco especial no Rio de Janeiro.

A destinação de recursos por parte do Governo Federal para os demais entes da federação com relação aos investimentos depende de decisão política. Para que os investimentos ocorram, precisam constar da lei orçamentária, cujo projeto é elaborado pelo Executivo e aprovado pelo Legislativo. Depois da aprovação, os investimentos requerem a liberação dos recursos por parte do Poder Executivo, já que as Leis Orçamentárias são meramente autorizativas.

A distribuição dos investimentos para os estados deveria levar em consideração, dentre outros fatores, o tamanho da população, a participação no PIB do país, mas, principalmente, a contribuição de cada estado para as receitas da União. A observação destes dados revela que o estado do Rio de Janeiro vem sendo historicamente desfavorecido.

¹ Houve ampliação da base de incidência do ICMS e aumento da participação dos estados (33% para 44%) nos fundos de participação.

Da análise da contribuição de cada estado para as receitas administradas pela Secretaria da Receita da Federal do Ministério da Fazenda (SRF), percebe-se que o Rio de Janeiro é o segundo principal Estado arrecadador do país. De 1995 até 2004, a participação média do Estado nas receitas administradas pela SRF foi de 15,9%, tendo alcançado, em 2004, 18,9% do total.

Arrecadação por Estados - Receitas Administradas pela SRF (R\$ de 2004)*

Unidade da Federação	1995		2000		2001		2002		2003		2004	
	% do total	per capita	% do total	per capita	% do total	per capita	% do total	per capita	% do total	per capita	% do total	per capita
Acre	0,06%	185,3	0,04%	191,6	0,04%	188,5	0,04%	162,9	0,04%	163,8	0,03%	149,5
Alagoas	0,32%	186,9	0,23%	196,1	0,19%	168,6	0,17%	150,5	0,18%	156,8	0,14%	139,7
Amapá	0,06%	261,8	0,06%	314,8	0,06%	317,8	0,06%	276,6	0,07%	332,7	0,04%	208,9
Amazonas	1,14%	737,3	1,08%	933,3	1,18%	1.024,8	1,21%	1.057,7	1,20%	997,3	1,42%	1.352,0
Bahia	2,33%	296,1	2,12%	393,5	2,20%	416,8	2,38%	461,8	1,80%	337,3	1,89%	414,2
Ceará	1,25%	285,4	0,91%	295,2	0,87%	287,9	0,87%	292,9	0,87%	283,2	0,87%	327,8
Distrito federal	5,07%	4.377,4	8,99%	10.566,5	9,75%	11.529,1	10,38%	12.404,7	11,34%	12.932,4	9,83%	12.941,1
Espírito Santo	3,49%	1.935,5	1,56%	1.216,3	1,44%	1.142,2	1,19%	960,4	1,38%	1.067,5	1,67%	1.498,2
Goiás	0,95%	331,0	0,97%	468,4	0,94%	455,9	0,81%	397,4	0,90%	423,5	0,73%	398,9
Maranhão	0,36%	107,0	0,29%	123,5	0,26%	114,3	0,49%	216,7	0,46%	197,6	0,36%	177,7
Mato Grosso	0,41%	287,0	0,36%	344,1	0,35%	343,8	0,33%	322,3	0,38%	362,0	0,37%	407,4
Mato Grosso do Sul	0,35%	285,7	0,26%	300,8	0,26%	305,2	0,25%	305,8	0,31%	355,5	0,28%	372,8
Minas Gerais	7,01%	658,7	5,22%	708,1	5,28%	728,2	5,18%	728,8	5,34%	724,1	5,29%	837,8
Pará	0,64%	180,0	0,54%	211,0	0,54%	211,1	0,54%	214,8	0,70%	264,0	0,51%	221,9
Paraíba	0,45%	212,8	0,37%	264,6	0,33%	238,5	0,28%	205,5	0,30%	216,0	0,22%	188,7
Paraná	4,59%	806,2	4,70%	1.191,6	4,56%	1.176,3	4,22%	1.112,7	4,34%	1.104,0	4,40%	1.303,7
Pernambuco	1,61%	339,2	1,36%	417,1	1,21%	377,5	1,26%	402,1	1,31%	403,8	1,27%	459,6
Piauí	0,29%	166,7	0,19%	165,2	0,18%	156,0	0,16%	143,6	0,16%	140,2	0,13%	128,6
Rio de Janeiro	15,01%	1.745,0	16,54%	2.789,1	17,00%	2.919,1	18,18%	3.188,7	15,89%	2.690,6	18,89%	3.734,6
Rio Grande do Norte	0,38%	228,3	0,29%	250,0	0,27%	241,0	0,27%	247,7	0,25%	219,9	0,24%	243,6
Rio Grande do Sul	6,00%	981,8	4,81%	1.147,4	4,96%	1.203,8	4,68%	1.162,1	4,89%	1.173,3	5,36%	1.502,7
Rondônia	0,20%	237,8	0,16%	274,8	0,15%	263,9	0,14%	243,7	0,17%	274,1	0,12%	229,2
Roraima	0,04%	221,5	0,05%	367,5	0,05%	370,8	0,04%	315,5	0,05%	332,6	0,03%	217,2
Santa Catarina	2,52%	803,7	1,95%	880,2	1,97%	904,7	2,00%	929,7	2,20%	984,5	2,09%	1.086,9
São Paulo	45,13%	2.077,3	46,66%	3.051,1	45,63%	3.026,1	44,58%	3.008,4	45,18%	2.930,7	43,60%	3.290,4
Sergipe	0,29%	284,0	0,24%	324,5	0,25%	342,5	0,23%	321,5	0,21%	285,1	0,17%	259,8
Tocantins	0,05%	83,6	0,06%	124,6	0,06%	130,8	0,06%	124,4	0,06%	127,6	0,06%	135,5
BRASIL	100%	997,9	100%	1.427,3	100%	1.449,2	100%	1.476,5	100%	1.421,1	100%	1.655,0

Fontes: Secretaria da Receita Federal - SRF; IPEA; IBGE.

* Deflator: INPC/Br

Elaboração FIRJAN

Levando-se em consideração a arrecadação média per capita, o estado do Rio respondeu pela terceira maior nos últimos dez anos (R\$ 2.492), superando a arrecadação média per capita nacional (R\$ 1.307) em mais de R\$ 1.000. Estes dados explicitam a importância do Rio de Janeiro no que tange à arrecadação federal.

Desta forma, seria de se esperar que o Rio de Janeiro recebesse do Governo Federal uma parcela importante dos investimentos, correspondente à sua grande importância na arrecadação. Porém, não é isto que se observa. Em 2004, o Rio de Janeiro recebeu apenas 5,8% dos investimentos destinados aos Estados² e contribuiu com 18,9% das receitas. De 1995 até 2004, o Rio de Janeiro recebeu em média 4,6% dos investimentos federais. Estes números mostram um total descasamento entre a participação do Estado na arrecadação federal e o percentual dos investimentos do Governo Federal. O período entre 2000 e 2002 foi o mais negativo, com o Rio de Janeiro recebendo menos de 4% dos investimentos (gráfico a seguir). Neste mesmo período, a contribuição do Rio de Janeiro para as receitas administradas pela SRF atingiu níveis historicamente elevados (média de 17,2%).

² Este percentual foi calculado considerando apenas os investimentos regionalizáveis, ou seja, excluindo-se do total dos investimentos os valores referentes à rubrica Nacional.

Investimentos Regionalizáveis (Sem rúbrica Nacional) - Despesa Realizada (R\$ de 2004)*

Unidade da Federação	1995		2000		2001		2002		2003		2004	
	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita	% do total	Per capita
Acre	1,36%	100,69	1,16%	153,19	1,88%	359,13	2,13%	236,94	2,35%	131,26	1,11%	101,66
Alagoas	3,02%	40,46	2,97%	76,80	3,55%	135,62	3,02%	68,21	1,92%	21,96	1,97%	37,70
Amapá	0,47%	45,99	0,75%	117,79	0,87%	195,55	0,84%	108,76	0,85%	54,66	2,30%	239,71
Amazonas	2,16%	31,61	1,55%	40,11	1,88%	70,84	1,54%	33,74	1,76%	19,39	2,26%	40,95
Bahia	6,96%	20,00	6,71%	37,55	7,72%	63,83	6,77%	33,13	5,77%	14,38	6,87%	28,58
Ceará	5,00%	25,93	7,91%	77,61	7,64%	110,15	7,33%	62,24	4,93%	21,20	5,10%	36,41
Distrito Federal	8,38%	163,88	3,82%	135,15	2,49%	128,51	2,61%	78,48	3,15%	47,73	4,68%	116,78
Espírito Santo	1,39%	17,45	2,21%	51,99	2,08%	71,87	1,98%	40,07	1,81%	18,51	1,57%	26,59
Goiás	2,57%	20,32	4,98%	72,26	4,22%	89,51	4,10%	50,93	3,52%	22,05	3,63%	37,55
Maranhão	3,22%	21,78	2,34%	30,14	3,52%	66,89	2,22%	24,84	3,63%	20,62	2,91%	27,55
Mato Grosso	4,65%	73,25	3,27%	94,95	2,71%	115,07	2,91%	72,42	3,88%	48,56	2,66%	55,09
Mato Grosso do Sul	1,82%	33,71	2,31%	80,97	2,56%	132,17	2,27%	68,86	3,58%	55,09	2,58%	65,87
Minas Gerais	9,34%	19,88	7,86%	32,06	9,22%	55,41	11,61%	41,18	15,88%	28,59	13,03%	39,07
Pará	2,17%	13,87	3,53%	41,32	6,55%	111,82	6,04%	60,35	3,26%	16,40	3,67%	30,52
Paraíba	2,14%	23,13	3,34%	71,08	3,56%	112,26	2,85%	53,18	2,13%	20,32	2,28%	36,39
Paraná	3,33%	13,24	3,45%	26,30	3,05%	34,29	2,92%	19,42	3,93%	13,27	3,38%	18,98
Pernambuco	5,34%	25,42	6,52%	60,14	7,80%	106,26	7,67%	61,86	6,14%	25,18	5,82%	39,81
Piauí	2,45%	32,37	2,32%	59,54	2,81%	106,81	3,77%	84,88	3,41%	39,03	3,08%	58,92
Rio de Janeiro	6,52%	17,16	3,77%	19,15	3,31%	24,79	3,56%	15,76	4,05%	9,10	5,75%	21,52
Rio Grande do Norte	2,46%	33,93	2,81%	73,84	2,73%	105,64	2,16%	49,19	2,06%	23,75	2,27%	43,64
Rio Grande do Sul	6,79%	25,17	4,91%	35,21	3,70%	39,13	4,11%	25,73	4,75%	15,11	5,13%	27,23
Rondônia	3,38%	92,90	2,29%	116,35	2,02%	150,07	1,55%	67,69	2,42%	53,21	1,72%	62,63
Roraima	0,74%	96,39	1,53%	336,55	1,69%	536,86	1,10%	202,87	1,11%	100,91	1,34%	199,62
Santa Catarina	2,50%	18,04	5,36%	72,82	3,02%	60,24	2,36%	27,70	2,79%	16,56	3,07%	30,26
São Paulo	8,12%	8,47	7,89%	15,53	5,12%	14,79	8,44%	14,36	6,23%	5,36	7,51%	10,74
Sergipe	1,81%	39,45	1,78%	72,60	1,67%	100,03	1,72%	60,33	0,81%	14,42	1,87%	54,92
Tocantins	1,91%	66,50	2,65%	168,29	2,65%	245,67	2,44%	132,27	3,88%	106,07	2,43%	109,61
Total**	100%	60,37	100%	86,74	100%	112,75	100%	67,26	100%	38,26	100%	58,21

Fontes: Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR e IBGE;

Critério da despesa: Empenho liquidado;

Elaboração FIRJAN

*Deflator: INPC/Br

** O total per capita inclui a rúbrica Nacional



Não somente há descasamento entre receita e investimento, como também pode observar-se um desfavorecimento na comparação com outros estados. A tabela a seguir evidencia que o Rio de Janeiro é o segundo pior estado, pela média de 1995 a 2004, em termos de investimentos federais por habitante. Este sem dúvida é um fato irrefutável da baixa prioridade concedida ao estado. Os fluminenses receberam nos últimos 10 anos 28% da média nacional.

Investimento percapita (R\$ de 2004)*

Ranking pela média dos anos

Unidade da Federação	Média 1995 a 2004	Unidade da Federação	Média 1995 a 2004
1 Roraima	291,43	15 Pernambuco	52,54
2 Acre	180,13	16 Paraíba	51,09
3 Distrito Federal	142,39	17 Goiás	49,68
4 Tocantins	131,00	18 Santa Catarina	48,27
5 Amapá	111,68	19 Amazonas	42,63
6 Mato Grosso	91,62	20 Pará	41,71
7 Rondônia	90,91	21 Maranhão	40,18
8 Mato Grosso do Sul	74,08	22 Minas Gerais	39,33
9 BRASIL	71,25	23 Espírito Santo	37,97
10 Alagoas	65,44	24 Bahia	33,21
11 Piauí	63,09	25 Rio Grande do Sul	31,22
12 Sergipe	62,38	26 Paraná	25,33
13 Ceará	59,74	27 Rio de Janeiro	20,44
14 Rio Grande do Norte	54,96	28 São Paulo	15,39

Fontes:

Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR e IBGE;

Critério de despesa - empenho liquidado;

Elaboração FIRJAN;

* Deflator: INPC/Br

É possível fazer uma estimativa da quantia de recursos que o estado vem deixando de receber nestes últimos anos, com base em dois cenários. No primeiro, supõe-se que a participação de cada estado nos investimentos seja equivalente à sua contribuição para a arrecadação para o governo federal. A diferença entre este valor hipotético e o efetivamente recebido nos dá uma estimativa de “perda” do Rio de Janeiro. De acordo com esta suposição, mostramos pela tabela a seguir que o Rio de Janeiro perdeu de 1995 até 2004, a preços de 2004, mais de R\$ 7,6 bilhões. Este valor corresponde a uma média de R\$ 766 milhões por ano. Se considerarmos os dados somente a partir de 2000, o Estado perdeu a cada ano uma média de R\$ 909 milhões.

O segundo cenário considera que não haja diferenciação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, na medida em que não há motivo para uma política regional de maior investimento em Minas. Neste caso, calcula-se a perda em relação ao que o Rio de Janeiro teria recebido se a ele fosse destinado o mesmo investimento per capita de Minas Gerais. De acordo com a tabela abaixo, neste cenário, o Rio de Janeiro perdeu nos últimos 10 anos R\$ 2,7 bilhões a preços de 2004, o equivalente a R\$ 273 milhões por ano.

Perda de Investimento

Valores em R\$; a preços de 2004

Cenário 1

	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Investimento regionalizável	3.590.830.067	7.353.310.087	10.981.402.812	6.566.839.874	3.376.020.096	5.694.004.379
Participação do RJ na arrecadação do Brasil	15,01%	16,54%	17,00%	18,18%	15,89%	18,89%
Investimento sugerido para o RJ	539.031.727	1.215.877.592	1.866.667.018	1.193.605.120	536.547.055	1.075.782.102
Investimento liquidado no RJ	234.010.405	277.563.245	363.681.619	233.974.056	136.727.730	327.188.429
Perda de investimento no RJ	305.021.322	938.314.347	1.502.985.399	959.631.063	399.819.325	748.593.673

Cenário 2

	1995	2000	2001	2002	2003	2004
Investimento percapita MG	19,9	32,1	55,4	41,2	28,6	39,1
População estimada do Rio de Janeiro	13.638.277	14.493.347	14.668.571	14.845.658	15.024.482	15.203.750
Investimento Sugerido para o RJ	271.157.187	464.671.074	812.715.934	611.383.992	429.524.607	594.006.396
Investimento liquidado no RJ	234.010.405	277.563.245	363.681.619	233.974.056	136.727.730	327.188.429
Perda de investimento no RJ	37.146.782	187.107.829	449.034.315	377.409.936	292.796.876	266.817.966

Fonte: SRF; SIDOR; IBGE; elaboração própria

Fica evidente, portanto, que os valores destinados ao estado para investimentos, tanto em relação a sua participação na arrecadação, quanto em relação a sua população, ficam muito longe de uma distribuição justa. As estimativas acima mostradas indicam que uma quantia significativa de recursos deveria ter sido investida no estado, o que certamente levaria a melhores condições de vida para a população com mais emprego e renda, e maior crescimento econômico.

Publicações Recentes da Assessoria de Pesquisas Econômicas

22/Set/05 - Evolução do Emprego Formal no Brasil e RJ

16/Set/05 - Investimentos Públicos em 2005

05/Set/05 - Indústria: Ganhos de Produtividade no 1º semestre de 2005

02/Set/05 - Avaliação e Perspectivas dos Industriais Fluminenses

15/Ago/05 – Produção Industrial e Exportações no Brasil e no Rio de Janeiro:
Índice FIRJAN de Produção Exportada

03/Ago/05 – Índice de Confiança do Empresário Industrial Fluminense

11/Jul/05 – Déficit Nominal Zero é uma Meta Viável ?

24/Jun/05 – O Negro e o Emprego no Rio de Janeiro

02/Jun/05 – Marcas na Indústria Fluminense

24/Mai/05 – Custos da Burocracia para o Setor Industrial

16/Mai/05 – Índice de confiança cai em abril, mas otimismo ainda se mantém

Outras publicações editadas pela Assessoria de Pesquisas Econômicas:

- **Rio Econômico:** boletim mensal com foco na análise de conjuntura da economia do Estado do Rio de Janeiro.
- **Indicadores Industriais:** pesquisa mensal com as indústrias fluminenses mostrando o desempenho de vendas, pessoal ocupado, massa salarial, horas trabalhadas e utilização da capacidade instalada.
- **Rio Exporta:** boletim mensal com dados do comércio exterior do Estado do Rio de Janeiro.
- **Sondagens Econômicas Regionais:** avaliação trimestral qualitativa da situação econômica das indústrias do Estado do RJ, com resultados por região.
- **Rio e Brasil "in Figures":** principais indicadores econômicos do Rio de Janeiro e do Brasil atualizados periodicamente.
- **Cadastro Industrial do Rio de Janeiro:** publicação com a listagem das indústrias localizadas no Estado do RJ, classificadas por setor e município, contendo endereço, número de empregados, principal atividade e contato.
- **Pesquisa Salarial:** pesquisa bimestral que retrata a média dos salários praticados na indústria fluminense para diversos cargos.

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 - CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro.

Presidente: Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Diretor Operacional Corporativo: Augusto Franco Alencar.

Assessoria de Pesquisas Econômicas – Assessora Chefe: Luciana de Sá; Equipe Técnica: Cristiano Prado, Patrícia Gonçalves, Henrique Balthazar, Adriana Esteves, Alessandra Cabral e Patrícia Abreu.

Sugestões e Informações: tel (21) 2563-4205, e-mail: estudos.pesquisas@firjan.org.br

Visite nossa página na internet: www.firjan.org.br